

Comunidades caiçaras e expansão portuária em Santos.

Uma análise histórica do conflito sócio-ambiental.

Carlo Romani

Professor Adjunto da UNIRIO

caromani@ig.com.br

Resumo

O acompanhamento dos trabalhos do Zoneamento Ecológico-Econômico, ZEE, realizado na Baixada Santista até o ano de 2004 mostrou a existência de dezenas de áreas de conflitos sócio-ambientais e forneceu o material principal para o desenvolvimento deste trabalho. Neste artigo, definimos o eixo de conflito portuário-industrial e foram analisadas duas áreas onde ainda residem comunidades de pescadores em disputa pela posse das terras: Conceiçãozinha e Ilha Diana. A partir dessa caracterização, mostramos como evoluíram os conflitos de interesses entre as comunidades, os agentes do mercado e o poder público.

Palavras-chaves: Porto de Santos; Pescadores tradicionais; Conflito ambiental.

Abstract

The Economic-Ecological-Zoning developed at Santos metropolitan area until 2004 year had shown us several social and environmental struggle and had also offered the main sources to do this work. In this article, we choose the port and industrial axe to analyze the conflict for the property of the land in two different fishermen communities: Conceiçãozinha and Diana Island. By the way we show how was the evolution of the conflict among the communities, the market economy and the public power.

Key words: Santos Port; Fishermen; Environmental Conflict.

Delimitação geográfica da área do conflito sócio-ambiental

Neste artigo vamos analisar a evolução dos conflitos sócio-ambientais na área do estuário de Santos onde há o predomínio do interesse econômico portuário-industrial. Denominamos de eixo portuário-industrial o trecho da costa onde os negócios portuários constituem a atividade econômica predominante. A concessão do uso de terras da Marinha aos administradores públicos municipais e aos empreendedores particulares gerou uma exploração intensiva e extensiva ao longo da história, modificando a faixa costeira com o desmatamento de restingas e o aterro de mangues e gamboas ao longo do estuário. Não se trata de uma apropriação recente, remonta a fins do século XIX como demonstrou Ari França (1965) em um dos primeiros trabalhos a tratar da expansão portuária em Santos.

Consideradas estratégicas para o desenvolvimento dos negócios de Estado, ambas as margens do estuário de Santos sempre foram alvo do interesse para a contínua expansão portuária, tanto da parte de agentes do mercado como pela ação articulada entre as três esferas estatais. Atualmente, o Porto de Santos, denominação que engloba toda a atividade portuária desenvolvida no estuário santista, ocupa as duas margens deste, prolongando-se por todo o Canal de Santos e o de Piaçaguera, onde, em 1969, instalaram-se os primeiros terminais privativos da Cosipa e da Ultrafertil (PONTES, 2001,46). Partindo de sua estrutura histórica original montada na área central de Santos desde os tempos coloniais, a expansão portuária teve seu primeiro grande impulso com a concessão do porto à Companhia Docas de Santos entre 1892 e 1980. Após ter ocupado longitudinalmente todo o costado do município

de Santos, desde a Ponta da Praia até o bairro da Alemoa, a atividade portuária transferiu-se, também, a partir da década de 1970, para o outro lado do canal. Com a expansão para a outra margem, o porto incorporou sob sua administração portuária e alfandegária, além do histórico cais santista, os diferentes cais situados no município de Guarujá, distrito de Vicente de Carvalho (SCHIAVON,1986).

Essa expansão para a margem oposta do canal de Santos deu-se obrigatoriamente sobre áreas de manguezais, algumas ainda bastante intocadas e outras em estado de regeneração, chocando-se com a legislação em vigor desde 1965 e ratificada em 1988¹. Em toda a macro-área do estuário de Santos concentram-se diversos terminais portuários, depósitos de combustíveis, áreas de armazenamentos de produtos tóxicos usados pelas indústrias petroquímicas, siderúrgicas e de fertilizantes situadas ao longo do canal e no distrito industrial de Cubatão². Há suspeitas de que a capacidade de suporte à contaminação química

desse ecossistema continental-marinho já tenha

1 No Código Florestal de 1965, o artigo 2º, declara as áreas ribeirinhas de preservação permanente. A Resolução CONAMA 004/84 regulamentou o uso das florestas e outras formas de vegetação permanente e a Resolução CONAMA 303/2002 trata ainda mais especificamente da vegetação em áreas costeiras. Na Constituição de 1988, há um capítulo específico sobre o Meio Ambiente. No cap. V, artigo 225, parágrafo 4º, lê-se: "A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais".

2 Nas margens do canal de Santos estão localizadas plantas portuárias, retroportuárias e industriais. Além do tradicional porto de Santos sob controle da CODESP, localizam-se outros terminais portuários privados pertencentes às empresas Dow Química, Cargill, Tecon, Tefer, Santos-Brasil, Carbocloro, Ultrafertil, Cosipa e Petrobrás. Portanto, além de empresas especializadas em logística portuária, todas as principais companhias instaladas no pólo industrial de Cubatão e nos municípios de Santos e Guarujá têm seus próprios terminais de exportação e importação. As plantas industriais aí instaladas são fabricantes de produtos de alta toxicidade causando impacto negativo em toda a cadeia biológica produtiva e cujo passivo de resíduos industriais já comprometeu significativamente o meio ambiente. Apesar de algumas companhias já terem termos de ajustamento de conduta firmados com o Ministério Público, até o momento ainda não houve real compensação dos danos causados ao ambiente, somente a tomada de medidas mitigadoras de novos impactos. Uma rápida passagem no passivo existente aponta para o despejo de resíduos sólidos comprometendo o solo (lançamento de organoclorados, dioxinas, calcário, enxofre, cobre, mercúrio, chumbo); lançamento de elementos particulados aéreos (nitratos, ozônio, sulfatos, óxidos de carbonos); efluentes líquidos lançados diretamente ao mar e nos rios que deságuam no estuário (benzo(a)pireno, dimetil-benzeno, fenóis). Além dos relatórios da CETESB, ver também: (Branco, 1983) e (Gutberlet, 1996).

ultrapassado o limite de saturação desde a década de 1990³. O relatório técnico da CETESB divulgado no ano 2001 fez um levantamento das principais áreas já contaminadas e com alto risco de contaminação na região da Baixada Santista, mostrando que vários pontos de observação continuam mantendo índices de contaminação do solo e das águas muito além dos limites permitidos de toxicidade. Trata-se, portanto, de uma região com um passivo ambiental enorme, ainda pouco recuperado pelos agentes poluidores, e com grande potencial para o incremento dos graves problemas existentes devido à contínua expansão portuária e industrial. Infelizmente, desde 2001 a CETESB não publicou nenhum levantamento com aquele grau de amplitude e abrangência.

Nesse mesmo entorno geográfico ainda convivem comunidades de pescadores herdeiras da antiga cultura caiçara da costa paulista junto a outras comunidades urbanas de baixa renda. Essa última urbanização ocupou áreas de preservação permanente avançando sobre os manguezais e sobre as encostas de baixa cota da Mata Atlântica, resultado de um processo de expansão desordenada ocorrido nos últimos cinquenta anos (MANTOVANI, 2000). No que tange às populações de pescadores, além do tradicional liame existente com o território, a manutenção das antigas atividades pesqueiras de subsistência deve-se ao fato de que, “os sistemas estuarinos, recebendo um aporte rico em matéria orgânica da drenagem continental e do próprio mangue, e estando em comunicação com o oceano através do movimento das marés, constituem viveiros naturais de inúmeras espécies de pescado (crustáceos, moluscos e peixes)” (DIEGUES, 1983, 114-16). Uma vez que mantêm as condições propícias para a alimentação, proteção e reprodução

de muitas espécies marinhas, a importância do manguezal não é somente ecológica, mas também sócio-econômica, beneficiando diretamente, através da produtividade pesqueira (peixes, caranguejos, camarões e ostras), as populações que dele dependem (SCHAEFFER-NOVELLI, 1992). Os peixes (principalmente o bagre, o parati e a pescada) junto à banana e à farinha de mandioca constituem tradicionalmente a base da dieta das populações caiçaras (HANAZAKI, 2001). Especificamente para as populações moradoras em áreas de mangue, segundo o depoimento de pescadores locais, também o siri e os mariscos de mangue complementam a dieta. Assim, a manutenção de uma atividade pesqueira, em alguns casos ainda familiar, além de fornecer a base diária de proteínas da dieta, gera também receita com a venda externa a bares, restaurantes, ou diretamente aos turistas, incrementando o escasso orçamento doméstico.

Apesar da intensa urbanização da área do estuário provocada pela atividade portuária e industrial e a crescente urbanização da faixa costeira pela especulação imobiliária, ainda persistem nessa região alguns enclaves formados por pequenas comunidades pesqueiras. Do ponto de vista econômico, essas vilas ainda mantêm áreas de pesca que podem ser consideradas como pertencendo à pequena produção mercantil, com os pescadores trabalhando em um regime que varia entre a pequena produção familiar e a pequena produção artesanal, considerando-se a classificação proposta por Diegues (1983, 148-56). O mesmo autor entende ser essa uma forma de produção articulada a outras modalidades fazendo com que algumas relações produtivas artesanais mantenham-se ainda compatíveis, mesmo que subordinadas, ao capitalismo (1983, 204). Essa ocupação econômica não é exclusiva, pois em todos os núcleos comunitários estudados encontra-se o emprego de trabalhadores assalariados

³ Estudo reservado realizado a pedido da CODESP pela equipe técnica da professora Yara Schaeffer-Novelli, do Instituto de Oceanografia da Universidade de São Paulo, em 1992.

no regime da grande produção pesqueira e o trabalho, também, fora das vilas, em empregos ligados à atividade portuária de pequeno porte (marinhas e estaleiros) e outras atividades de serviços.

Comparando os dados de uma pesquisa publicada em 1989, envolvendo comunidades de moradores nos canais de Santos e de Bertioga, foram encontrados vários pontos de semelhança com as comunidades litorâneas aqui estudadas. Todas se localizam próximas ao estuário; têm livre acesso aos recursos; membros da família desenvolvem atividades complementares; habitam locais próximos a serviços públicos; sofrem a interferência direta do turismo e sofrem bastante com a poluição das indústrias (RIBEIRO NETO & OLIVEIRA, 1989,47-8). Em todas as atuais vilas de pescadores ainda se encontram esses mesmos elementos comuns, além de também se manterem as formas de produção descritas por Diegues, em maior ou menor grau, o que valida o estudo específico destes casos. A pesca artesanal continua sendo uma das principais atividades econômicas exercidas pelos moradores em seus territórios, pouco utilizados como atrativo turístico. Entretanto, esta avaliação não desmerece a consideração de que a maior parte do sustento das famílias moradoras nessas comunidades devia-se a trabalhos efetuados em locais distantes de sua área de moradia e em atividades econômicas distintas da pesca e ligadas ao porto, às marinhas, ao turismo e em ocupações diversas do setor de serviços.

No decorrer do processo de expansão explicitou-se o conflito pela ocupação do espaço, o que causou um confronto direto com as populações já estabelecidas. Neste trabalho estudamos três comunidades que até hoje sofrem o impacto direto da expansão portuária. Na entrada do canal de Santos, a vila de Santa Cruz dos Navegantes viu-se espremida, entre o limite do mangue no rio Icanhema, para onde avança a invasão

de palafitas, e a instalação, na faixa lindeira, do Complexo Industrial Naval de Guarujá, o CING. A enfermeira Mônica Rodrigues, moradora que presta serviços no local para o Núcleo de Educação Comunitária da Universidade Católica de Santos desde 1983, lembra-se que “há quarenta anos lá moravam, no máximo, 20 famílias que trabalhavam na pesca de bibigão, espécie de marisco”. Atualmente, vivem no bairro aproximadamente 20.000 moradores (MALLMANN, 29). Seguindo o mesmo canal em direção ao interior do estuário, a antiga vila de Conceiçãozinha encontra-se literalmente encravada entre as empresas Dow, Cargill e o TECON-Tefer, Terminal de Containers e de Fertilizantes. Em seu costado, o que resta do mangue do rio Pouca Saúde já está bastante comprometido pela ocupação urbana através de palafitas. A outra comunidade é, dentre as três, a única que se mantém ainda com uma população bastante tradicional de pescadores, não tendo sofrido, até o momento, um processo de favelização. A vila estabelecida na ilha Diana é vizinha do terminal e depósito de combustíveis e inflamáveis do porto, na ilha Barnabé. Porém, a perspectiva de um impacto maior vislumbra-se com a implantação do terminal marítimo da Embraport.

A constituição histórica das comunidades

O forte impacto da migração interna, desenvolvida após a década de 1950 e caracterizada pelo fluxo de pessoas de procedência distante da área geográfica de influência caiçara⁴, não descaracterizou completamente a ocupação histórica havida em todas essas vilas de pescadores. O povoamento remonta ao estabelecimento na região, desde a segunda metade do século XIX, de antigas famílias “formadas pela mescla da contribuição étnico-cultural dos indígenas, dos

⁴ Segundo Diegues e Arruda (2001) a cultura caiçara desenvolveu-se, principalmente, na região costeira que vai de Florianópolis (Santa Catarina) à divisa dos estados do Rio de Janeiro com Espírito Santo.

colonizadores portugueses e, em menor grau, dos escravos africanos” (DIEGUES, 2002,40). No caso específico dessa região da costa de Santos, a peculiaridade da herança étnica africana é bastante significativa nas populações tradicionais devido à presença, desde o período colonial, de vários quilombos nas encostas da Serra do Mar. Um trecho específico dessa conformação montanhosa, inclusive, chama-se Serra do Quilombo. O rio Quilombo deságua no estuário de Santos e, junto aos rios Jurubatuba e Jaguareguava, são cursos que mantiveram, durante os séculos XVIII e XIX, grandes formações de quilombos com a presença de alguns milhares de escravos fugidos assentados em suas áreas de vale (SANTOS, 1996). Além da presença predominante da colonização portuguesa ao longo de toda atual costa sul e sudeste, a herança étnica européia vem, principalmente, dos colonizadores açorianos entre os descendentes caiçaras de Santa Catarina, e dos espanhóis estabelecidos no litoral norte de São Paulo (particularmente em Ilhabela), portanto, de origem ibérica (MUSSOLINI, 1980; MARCÍLIO, 1986). Quanto à influência indígena, remonta ao início da conquista portuguesa (MADRE DE DEUS, 1975). Durante o período colonial, houve uma intensa domesticação dos nativos através do aparato religioso-militar com o aldeamento dos índios Tupiniquim, Guaianá e Carijó (PREZIA & HOORNAERT, 1944), antigos habitantes dessa porção da costa, além do contato belicoso com os Tupinambá, gentios bravios, habitantes do litoral norte paulista e da costa sul fluminense, também chamados de tamoios, e combatidos pelos portugueses (MAESTRI, 1993). A esses primeiros grupos indígenas somou-se a circulação de outros índios do interior trazidos, inicialmente, através da redução jesuítica e da escravidão imposta pelos bandeirantes nos séculos XVII e XVIII. Posteriormente, esse movimento continuou desde o final do século XVIII com a migração dos

índios Guarani, Nandeva e Mbyá (LADEIRA & AZANHA, 1988), em sua busca profética pela terra sem males (CLASTRES, 1978). Essa circulação indígena que adentrou o século XX levou à constituição de aldeamentos Guarani ao longo de toda a Serra do Mar paulista, sendo que pelo menos três das aldeias paulistas também se apresentam em situação de conflito sócio-ambiental.

Essa formação étnico-cultural não pode ser delimitada, nem territorialmente, muito menos quanto à genealogia aqui apresentada. Isso não permite estabelecer uma identificação dessas populações como se elas fossem providas exclusivamente dessa mistura étnica. A começar porque a própria constituição histórica das vilas de pescadores recebeu o aporte de sucessivos deslocamentos locais. Um fluxo populacional motivado pela intensa pressão econômica exercida pelo avanço da especulação imobiliária sobre as áreas costeiras somado à crescente migração interna (regional e inter-regional), decorrida durante todo o século XX. Geralmente, os deslocamentos de caráter local resultam da peregrinação por novas áreas propícias para a pesca e agricultura tradicional, uma movimentação realizada desde o século XIX pelas populações caiçaras da micro-região da Baixada Santista (SCHMIDT, 1947). Uma movimentação em parte motivada por uma dinâmica relativa à própria expansão familiar e, em outras circunstâncias, na maioria das vezes, essas famílias foram forçadas a deixarem seus espaços de origem em direção aos sertões, próximos às beiradas do estuário e às áreas de mangue, devido ao aumento da urbanização da costa e a conseqüente valorização e especulação imobiliária das terras marítimas⁵.

Longe de ser um movimento espontâ-

5 Segundo os censos do IBGE, o município de Guarujá contava com uma população de 13.203 habitantes em 1950; passou para 40.071 em 1960; 94.906 em 1970; 150.347 em 1980; 208.818 em 1990; 265.155 em 2000. O número de domicílios fechados, que servem de base para o cálculo da população flutuante, passou de 10% na década de 1950 para 50% na atual década (SILVA, 2000).

neo de migração, geralmente, essa transferência de moradia dá-se devido a elementos exteriores às próprias famílias. Esses movimentos de circulação com característica local multiplicaram-se durante todo o século XX e estão na base, por exemplo, da origem da vila da Ilha Diana. Formado no final da década de 1930, esse novo grupamento originou-se da transferência de famílias de pescadores residentes na região conhecida como Bocaina, em Vicente de Carvalho, e que foram desapropriadas para a implantação da Base Área de Santos (VICENTE, 2002). Como indenização, elas receberam a concessão de moradia na área atual, encravada entre o mangue e a restinga, na foz do rio Diana⁶.

A pressão pela tomada de áreas ocupadas por pescadores cuja posse perde-se na história é fato recorrente em toda a costa brasileira. Nesta porção do litoral o processo de tomada das áreas mais valorizadas por empreendedores imobiliários não foi diferente, como veremos nos relatos que se seguem, transitando entre a memória do difícil passado vivido e a tristeza em relação a esse mesmo passado perdido:

Naquele tempo tinha um cruzeiro no morro do Guaiuba. A gente mesmo fazia as redes de pescar; as embarcações eram só a remo. [...] Depois das pescarias, bem de madrugada, saíamos lá de casa, eu e os companheiros, numa escuridão danada e pegávamos o trenzinho pra levar os peixes até Itapema, e de lá pegar as canoas pra ir vender o peixe no mercado em Santos.

A narrativa acima, relatada por Edegar à Baronesa Esther Karwinsky no ano de 1971, revela um pouco do cotidiano caiçara da época. Esse pescador é mais um personagem característico desse fluxo migratório local. Tendo nascido

em Boiçucanga (município de São Sebastião), migrou com os pais para a Ilha de Santo Amaro e estabeleceu-se na praia do Guaiuba, atualmente ocupada por casas de veranistas. Em seu extenso trabalho de pesquisa sobre o folclore da ilha de Santo Amaro, a Baronesa recolheu várias narrativas de pescadores contadas quando ainda havia estreitos laços culturais entre os moradores das cidades de Santos e Guarujá com as populações herdeiras da antiga cultura caiçara da costa paulista. Karwinsky é uma referência obrigatória para o estudo da memória dos pescadores locais.

Nessas narrativas, relatando os contos populares da ilha, surgem vários elementos confirmando a contínua desocupação dos terrenos da costa por parte das famílias de pescadores, geralmente com táticas ameaçadoras contestando a legitimidade da posse da terra ou, no limite, usando o emprego da força física. A folclorista, ao traçar a trajetória de um de seus narradores, comenta a dura transformação urbana trazida pelo avanço implacável da especulação imobiliária sobre a orla: “e assim, coagido a vender o terreno onde residia por quantia irrisória Edegar foi para o bairro de Vila Zilda” (KARWINSKY, 1999,10).

Em outro caso, Marlene Reis Rodrigues, viúva de um pescador e dona de uma barraca de peixes e mariscos, conta que, “por volta de 1972, o prefeito da época mandou expulsar os pescadores da Praia do Perequê, ameaçando derrubar com tratores as barracas de quem não saísse. O Capitão dos Portos atendeu com gentileza, mas informou não se tratar de medida sua, mas da prefeitura do Guarujá. No fim, nada conseguimos e tive de arrumar a tralha e mudar para um terreninho na Vila Zilda”.⁷ A gestão municipal de então procurava urbanizar a praia do Perequê, transformando-a em um terminal turístico para visitantes, assim precisava desalojar as famílias

⁶ Em seu depoimento, Antônio Bittencourt de Souza, a Dona Dina, atualmente com 77 anos, moradora na ilha Diana há mais de 60 anos desde a referida transferência, lembra-se que lá se encontrava instalada a família Viscardi da qual somente restou um pequeno ramo de descendentes.

⁷ Depoimento dado em 07/02/1990 (KARWINSKY, 1999,24).

de baixa renda vivendo à beira-mar. Por ironia do destino, essa mesma praia passou a receber, desde a década de 1990, um fluxo migratório local inverso, com moradores vindos dos bairros periféricos de Guarujá, constituindo-se, hoje, em uma das maiores áreas de ocupação irregular do município.

Esses não são os únicos relatos sobre a saída de pescadores instalados nessa parte da costa paulista, relatos com mais de trinta anos de idade que nos remetem à época em que se consolidou a expulsão dos velhos habitantes da costa de suas antigas moradias nas praias de Santos e Guarujá. Uma saída forçada, às vezes tida como voluntária, se bem que pareça muito difícil acreditar que alguém que viva do mar possa sair voluntariamente de uma cabana na praia para um barraco numa favela. A transformação paisagística da orla marítima deu lugar a um tipo de desenvolvimento econômico especulativo com a construção de arranha-céus que entraram para o anedotário dos estudos arquitetônicos. Em Santos, ironicamente, os prédios tortos da orla tornaram-se atração turística e em Guarujá, absurdamente, a sombra dos arranha-céus de Pitingueiras esconde o sol da praia.

A migração contemporânea inter-regional

Além da formação histórica e dos deslocamentos locais que estão na base do processo de transformação das antigas comunidades caiçaras, temos, num segundo momento, uma migração inter-regional. O primeiro fluxo migratório constante de caráter inter-regional remonta à virada do século XIX para o XX, inicialmente ainda dentro da área de influência da cultura caiçara, quando, *“os sulinos, de origem portuguesa, oriundos do Estado do Paraná, instalaram-se especialmente na Praia do Perequê, Santa Cruz dos Navegantes, Conceiçãozinha, e*

Praia do Tombo” (KARWINSKY, 1993). Conforme o depoimento de velhos moradores, os primeiros moradores que se estabeleceram em Conceiçãozinha nesse período, também não são, em sua maioria, nativos da região⁸. Na praia de Santa Cruz, popularmente conhecida como Pouca Farinha, a partir da década de 1950 houve um significativo aumento da presença de pescadores provindos de Ubatuba que deixaram suas antigas atividades artesanais para trabalharem na indústria pesqueira, principalmente no enlatamento da sardinha (MALLMANN, 2002,31-34). Alguns depoimentos já relatam a ocorrência desse movimento migratório de pescadores de outros municípios do litoral norte (São Sebastião e Ilhabela) desde fins do século XIX⁹.

Num segundo momento, houve uma mudança da área de procedência dessa migração costeira e o fluxo mais recente foi protagonizado, principalmente, por levas de migrantes de diversos estados do Nordeste brasileiro e de Minas Gerais atraídas pelo boom da construção civil empreendida pela indústria do turismo doméstico. Durante os anos sessenta, setenta e início dos anos oitenta foram os migrantes provenientes do êxodo rural que começaram a ocupar a região. Já, a partir de meados da década de 1980, há uma terceira mudança no fluxo dos novos habitantes, sendo estes, em sua maioria, pessoas já estabelecidas na região e que interromperam sua trajetória errante pelo país fixando-se nas pequenas comunidades pesqueiras, transformando-as e, em muitos casos, descaracterizando-as quase que completamente. O pescador Newton Gonçalves, presidente da Unipesc, nascido na vila de Conceiçãozinha em 1950 e que acompanhou todo esse processo histórico de ocupação, faz uma

⁸ Depoimento de moradores publicado em A Tribuna, 14/07/2002.

⁹ “Há indícios de ocupação da área desde 1898”, Newton, 52 anos, cujo pai nasceu em Conceiçãozinha em 1928. Sobre Conceiçãozinha ver o trabalho de Carlos Eduardo Vicente (2002).

⁹ Essas informações foram recolhidas pela Baronesa “em 18.06.77, em visita à Praia de Santa Cruz dos Navegantes, [...] esta versão nos foi confirmada por Maria Verônica de Jesus, senhora de 107 anos na época, ainda muito lúcida”. (KARWINSKY, 1999,14).

breve análise dessa transformação:

São pessoas desempregadas que vêm fugir do aluguel, são pessoas, principalmente de Vicente de Carvalho, diferentemente de até a década de 70, que eram pessoas do Nordeste, que fugiam pra cá, mas era uma mini-ocupação. De 90 pra cá, já é uma ocupação do próprio município ocasionada principalmente pela falta de dinheiro, e vão para as áreas de mata.¹⁰

Até a chegada desse último fluxo migratório, antes dos anos noventa, essa migração continuada não chegou a descaracterizar totalmente a atividade econômica dos moradores mais tradicionais, mesmo porque a exploração dos recursos naturais foi incorporada por boa parcela da população migrante (RIBEIRO NETO & OLIVEIRA, 1989, 21-3). Contudo, mais recentemente, a explosão demográfica em algumas vilas de pescadores, causada por um intenso trânsito doméstico de pessoas, a maioria já protagonista de uma migração anterior sem nenhuma vinculação com o meio, provocou um estranhamento dos antigos moradores vinculados às atividades marítimas em relação ao modo de vida dos mais novos sem interação com o meio:

E a maioria desse mangue aqui, é tudo nortista. Então é aquele pessoal que não está nem preocupado com o lixo... Por exemplo; você não deixa juntar lixo nem mato em frente a sua casa. Se você vê o matagal, você vai dar um jeito de limpar. Pra eles não. Tanto, faz como fez. Tem um barraco, que tem a caçamba de lixo aqui. Você tenho certeza que pegaria o lixo, e traria aqui, e colocaria na caçamba. Eles não. Abrem a janela e jogam no rio. São pessoas que não tem compromisso com nada daqui. Essa é que é a verdade. Não tem vínculo nenhum. Simplesmente achou a moradia, onde não paga água, onde não paga luz, onde não paga IPTU. (Mo.)¹¹

Para Andréia Estrella, essas opiniões,

¹⁰ Newton Gonçalves, depoimento dado a Carlos Eduardo Vicente.

¹¹ Depoimento dado a Andréia Estrella na Vila do Perequê em Guarujá.

emitidas por alguns caiçaras, não podem ser entendidas como um fenômeno generalizado de etnocentrismo. Segundo ela, os pescadores teriam a compreensão de que a migração por si só, não é a responsável pela descaracterização do meio, mas apenas um dos efeitos provocados pelo avanço das relações capitalistas sobre os elos mais fracos da sociedade (ESTRELLA, 2004, 60-4). A autora do estudo justifica seu argumento, ao mostrar que no convívio cotidiano na vila do Perequê não só não existe divisão territorial entre os moradores, como também há uma miscigenação entre as famílias providas de diferentes regiões do país.

Assim, resumindo, poderíamos caracterizar três distintos processos de migração, não exclusivos e, em alguns casos, ocorrendo simultaneamente. O primeiro povoamento que levou à fundação dessas vilas de pescadores foi resultado de uma migração de caráter local, às vezes espontânea, perseguindo novos espaços para a realização da atividade econômica, e outras vezes forçada, provocada pelo aumento do interesse especulativo sobre os terrenos da zona costeira. Um segundo movimento migratório, aqui denominado de regional e inter-regional, foi caracterizado pela migração de pescadores e habitantes dentro da área de influência da cultura caiçara, desde Santa Catarina até o Rio de Janeiro. O último fluxo migratório, a partir da década de 1960, teve como principal motivo o aumento da especulação imobiliária nas praias paulistas, insuflada pela indústria do turismo doméstico, e que atraiu a vinda de migrantes de várias regiões do país, particularmente de estados do nordeste. Com o fim dessa atração econômica, a partir da década de 1990, retornam os trânsitos locais, agora protagonizados já não mais por famílias de pescadores, mas, pelos descendentes das últimas gerações de migrantes provenientes dos bairros mais pobres da região e que passaram a ocupar

terrenos em áreas de mata e de mangue, alargando as áreas restritas ocupadas pelas antigas vilas de pescadores aqui estudadas.

O difícil casamento entre o Porto, as indústrias e as comunidades.

O Brasil é um dos países coloniais formados à custa da conquista do espaço habitado pelos antigos povos nativos do território. Nesses países, como frisa Antonio Carlos Robert de Moraes, o Estado constituiu-se como um gestor do território tendo como atributos de governo a dotação de infra-estrutura, a normalização do uso do solo e a regularização da propriedade fundiária (MORAES, 2002, 175-76). O país foi visto, e em certas situações ainda o é, como um espaço a ser explorado para geração de riqueza a um Estado que se confunde com o próprio grupo explorador¹². O território e os proprietários das terras, e não a maioria de sua população, sempre foi o alvo prioritário das políticas públicas.

O processo de ocupação das terras da margem esquerda do canal de Santos revela a existência de um povoamento centenário, tanto na vasta área denominada Sítio Conceiçãozinha como na vila de Pouca Farinha. Toda a faixa de terras costeiras (300 metros da preamar) é considerada como patrimônio da União, muitas delas compõem-se de terras devolutas e sua administração está a cargo da SPU, Secretaria de Patrimônio da União, que pode dispor da concessão temporária ou permanente (o direito de afloramento, ou uso superficial), para efeitos de moradia ou de exploração econômica, cobrando tributos sobre elas (por exemplo, o laudêmio) (LIMA, 1991). Não foi diferente nesta parte do território brasileiro, agravado pelo forte interesse especulativo que a cerca. No caso da expansão

¹² Cito um trecho do decreto-lei 164, que data de 1890, transcrito no Boletim da Sociedade Central de Imigração, Imigração 74, dez/1890: "deve ser empenho do governo da República aproveitar para o cultivo efetivo do solo brasileiro a exploração de seus produtos naturais e proletariado agrícola nacional, [...] a atividade com que tem até aqui provido a fortuna pública e a riqueza do Estado" (ROMANI, 2003, 90).

portuária, mais do que isso, trata-se de um caso estratégico de interesse nacional vinculado diretamente às atividades do comércio exterior.

A construção da atual Base Aérea de Santos, cuja proposta inicial datada de 1920 era a de ser instalada em uma faixa de 500 por 2.000 metros de extensão sobre manguezais a serem aterrados no Sítio Conceiçãozinha, foi o primeiro empreendimento a causar conflito com as comunidades locais. A execução do projeto nesse sítio foi abandonada por ser o terreno demasiadamente pantanoso, parecer emitido pela construtora encarregada, mas já se previu nessa mesma área uma reserva de espaço para a futura expansão portuária (MUNIZ JR., 1982). O novo local de implantação da Base foi definido sobre um outro terreno, também já povoado por pescadores, na ponta da Bocaina, na entrada do canal de Bertio-ga¹³. Estabeleceu-se, então, o primeiro conflito envolvendo a União e os pescadores tradicionais santistas na margem esquerda do canal de Santos. A solução do conflito contou com a interferência da Marinha através da Capitania dos Portos e a decisão tomada acarretou a transferência da comunidade ali instalada para uma área encravada entre os manguezais do rio Diana, área ainda mais interna e afastada, de difícil acesso aos moradores, sendo este somente feito por barco. Sem alternativa, todas as famílias tiveram de se desfazer do uso dos terrenos (legalmente não incide o direito de posse, usucapião, sobre terrenos da União) e transferir-se para o novo espaço criado na década de 1930.

A mudança de endereço de implantação da base aérea, pelo menos, permitiu aos moradores do Sítio Conceiçãozinha, então uma extensa área contando com uma dezena de ranchos e tomando praticamente toda a faixa costeira de Vicente de Carvalho, que mantivessem suas

¹³ Decreto 16.602, de 6/6/1923, que trata da área a ser desapropriada para a instalação da Base Aérea.

moradias quase sem serem importunados durante as três décadas seguintes. Toda essa área de baixa densidade demográfica, ocupada somente por pequenos sitiantes, por uma colônia pouco numerosa de chacareiros japoneses, além de um reduzido núcleo de pescadores, foi sendo progressivamente reduzida com o desalojamento dos sitiantes e chacareiros e o confinamento dos pescadores existentes para a área com a conformação atual¹⁴. Até o início da década de 1960, a população da comunidade ainda era bastante diminuta, lá vivendo algumas poucas famílias. O ponto de inflexão nesse povoamento tradicional ocorreu com a instalação da primeira empresa dentro da área do Sítio Conceiçãozinha, a INAP, Indústria Nacional de Apetrechos de Pesca. Se, por um lado, a empresa gerou 800 empregos diretos, por outro, trouxe a primeira onda de expansão urbana na comunidade. No final dessa mesma década, Conceiçãozinha já não podia ser considerada somente uma pequena vila de pescadores.

A deterioração da comunidade acentuou-se rapidamente com a ocupação portuária e industrial que tomou conta de todo o entorno. Em 1971 foram implantados 561 metros de cais no terminal Tefer fertilizantes, do lado direito da vila, e 253 metros no terminal da planta industrial da Dow, do lado esquerdo. Em seguida, em 1981, foi montado o TECON, Terminal de Containers, e, em 1985, o terminal privativo da Cutrale para exportação de suco de laranja. Em meados da década de 1980, o antigo Sítio Conceiçãozinha já se encontrava quase que completamente ocupado. Apesar desse inchamento populacional, no ano de 1981 as características da vila ainda a diferenciavam de outras favelas urbanas como apontava a assistente social em visita ao local: “os terrenos são grandes, em média 15x50 m, com o barraco no centro, na frente

um jardim bem cuidado, e nos fundos uma horta (MALIMPENSA, 1981, 38)”.

A crise econômica que se iniciou na década de 1980 levou a uma significativa diminuição do modelo do Estado brasileiro como regulador do território e provedor de infra-estrutura. Essa transformação no perfil do Estado implicou na concessão de espaços do território da União para a exploração pela iniciativa privada. Com a Lei de Modernização de Portos de 1993 que permite a exploração portuária através de empreendedores particulares, os terminais privativos deixaram de serem específicos para os produtos das próprias empresas e passaram a operar livremente. A nova lei impulsionou o loteamento de toda a área costeira de Vicente de Carvalho com a concessão da exploração portuária para várias empresas: Bunge, Cargill, Localfrío, Santos-Brazil (PONTES).

O impacto causado pela instalação a partir da década de 1960 das indústrias químicas e dos terminais portuários afetou todo o ecossistema estuarino que, apesar de já sofrer com a poluição do porto, como o derrame constante de óleo (ROITMAN, 2000; POZZI NETO, 1996), ainda não havia sido contaminado por resíduos industriais de alta toxicidade. Essa contaminação provocada pela concentração elevada de metais pesados e de compostos organoclorados na água, nos sedimentos e nos organismos aquáticos tornou-se crônica e acumulativa. Ela é constatada em todos os estudos realizados a partir da década de 1970 (TOMMASI, 1979; CETESB, 1979 e 1981), chegando até os estudos feitos durante os anos noventa (CETESB, 1990; EYSINK, 1991; VARGAS-BOLDRINI, 1991), portanto, inclusive em estudos feitos após a implementação do programa de controle de poluentes iniciado no ano de 1985. Em outras palavras, o programa de controle de poluentes não foi suficiente para combater a contaminação na bacia do estuário

¹⁴ Conforme depoimento dos mais idosos: Dejanira Batista dos Santos, Seu Dito e Dona Julia.

santista. Esses estudos apontam para o risco da exposição da população ribeirinha ao consumo de pescados comprometidos pela poluição e sugerem trabalhos de vigilância sanitária monitorando o grau de contaminação desse pescado¹⁵. Durante a década de 1990 houve um esforço ainda maior coordenado pelos órgãos de fiscalização e licenciamento ambiental no Estado de São Paulo (CETESB, IBAMA e DPRN), no sentido de aperfeiçoar os sistemas de controle da poluição das águas e do solo da região, buscando, com isso, diminuir os índices de contaminação química nas águas do estuário. O trabalho de monitoramento desenvolvido pela CETESB e divulgado no ano de 2001, apesar de observar “uma redução da contaminação dos organismos, em relação aos estudos anteriores, para alguns metais (cádmio, chumbo, mercúrio), e alguns compostos orgânicos (hexaclorobenzeno)”, é categórico em afirmar que “alguns componentes encontrados nos sedimentos da região da Baixada Santista estão muitas vezes acima das concentrações que podem causar efeitos tóxicos aos organismos aquáticos”, apontando para áreas perigosas vizinhas à vila de Conceiçãozinha como “o rio Santo Amaro, próximo à indústria Dow Química, onde ocorrem concentrações de cádmio, chumbo, mercúrio, níquel, zinco, BHC, PAHs” (2001,168-70).

Alguns dos compostos citados provocam efeitos cancerígenos (por exemplo, os organoclorados aromáticos como o hexaclorobenzeno,

15 Em 1997 foi apresentado um painel no evento COLACMAR, em Santos, no qual se mostrava o surgimento de alguns exemplares de raias anatomicamente anômalas na região adjacente à Ilha da Moela, próximo ao local onde no passado se depositava o lodo dragado do canal do porto. Essas anomalias genéticas somente foram constatadas nessa pequena área dentro de um amplo estudo realizado desde o litoral do Rio de Janeiro até o do Rio Grande do Sul, o que causou a suspeita, nunca comprovada, de ter havido comprometimento teratogênico devido à exposição de gerações anteriores a níveis elevados de substâncias tóxicas. Um estudo recente encontrou amostras de peixes contaminados por metais pesados, porém, não foi conclusivo em afirmar sobre a procedência dessa contaminação. Além disso, o grau de contaminação dos moluscos está abaixo dos níveis permitidos pela legislação brasileira (PEREIRA e HENRIQUES, 2002). Esta última informação contradiz o estudo da CETESB (2001) que aponta para uma bioacumulação excessiva, principalmente, em mexilhões e siris, e sugere um monitoramento preventivo da biota aquática.

HCB, os pesticidas organoclorados tipo BHC, e ainda os hidrocarbonetos PAH como o benzo(a)pireno). O Porto de Santos não é responsável direto pela contaminação química, à exceção dos vazamentos de óleo e da lavagem dos navios, porém, a dragagem realizada no canal para manter o calado necessário à navegação revolve os resíduos mais pesados lançados pelas indústrias petroquímicas e siderúrgicas e acumulados no leito, espalhando-os por toda a área do estuário até o oceano. Por exemplo, durante décadas a Dow, corporação transnacional vizinha à vila de Conceiçãozinha, fabricou o pesticida DDT. Trata-se de um produto petroquímico de altíssima toxicidade, combinando petróleo com moléculas de cloro. Os resíduos sólidos ainda encontram-se dispostos em uma área contaminada localizada entre os rios Santo Amaro e Pouca Saúde (CETESB, 2001,37).

Dona Dejanira, moradora em Conceiçãozinha desde a década de 1950, conta que até a chegada das grandes empresas portuárias, portanto, até meados dos anos setenta, ainda encontravam-se raposas e guarás, e que depois estes animais sumiram “porque bicho não fica se tirar a mata”, uma explicação elementar, mas, ao que parece, pouco levada em conta. E da mesma forma que a fauna foi afetada, também o foram os pescadores que viram diminuir a sua maior possibilidade de sustento “porque a draga aterrou tudo, e você pode crer que a lama do fundo da maré que a draga tirou matou o mangue e matou o siri, que tinha bastante, acabou o caranguejo que também tinha bastante”. E para o pescador nativo sobrou a indignação: “eu fico besta de ver como os homens destroem as coisas que Deus deixa”.¹⁶ Entrevistar pescadores é uma tarefa dura aos ouvidos uma vez que a reclamação sobre o fim da oferta de peixe no estuário é contínua. Newton Gonçalves e Ranufinho, perguntam: “Por que os golfinhos desapareceram? Por

16 Depoimento de Dona Dejanira em 01/02/2002.

que desapareceu os peixes, né? Então a sororoca se não encontra mais, o golfinho se já não se vê mais aí, o bagre, só pega bagrzinho pequeninho, tá?¹⁷ Responder-lhes o que?

O trabalho de Paiva Filho (1987), sobre a distribuição da pesca no estuário e nos manguezais em Santos e São Vicente, apresenta uma variedade de tipos de peixes e moluscos, tainha, robalo, pescada, entre outros, corroborada pelos pescadores locais. Mas, na época, o autor já apontava para a diminuição de sua oferta e para o desaparecimento de algumas espécies das águas do estuário, entre elas peixes grandes como a sororoca e mamíferos como os golfinhos, que não se aventuram em águas contaminadas.

Há um reconhecimento dentro das comunidades de que parte da degradação da pesca foi responsabilidade dos próprios pescadores artesanais causada pelo mau aproveitamento de seu material de trabalho e pela prática de determinados modelos de pesca predatória. Por exemplo, o lançamento da tarrafa ao mar, ainda muito comum, que além da desejada captura de camarões também retém na malha fina uma grande variedade de peixes miúdos. O impacto negativo causado por essa prática procurou ser diminuído com o trabalho educativo promovido pela União dos Pescadores, UNIPESC, ensinando a reutilizar os restos de peixe como engodo para a pesca do camarão, o que ainda esta muito longe de ser o uso ideal (VICENTE, 2002, 46). Essa transformação das práticas pesqueiras realizadas pela comunidade não é recente, remontando ao início da década de 1970 quando o litoral do Estado de São Paulo foi incluído na quinta etapa do Projeto Rondon¹⁸. A passagem dos universitários por Conceiçãozinha e, principalmente, a proposta de um projeto de pesca sustentável apresentada em 1974 foi o fato, apontado pelo atual presidente

da UNIPESC, tido como fundamental para a compreensão do problema ambiental por parte da comunidade e a conseqüente utilização desse entendimento como estratégia de luta pela posse da terra:

(...) começa com a vinda da Edméia Ladewig (assistente social), com o pessoal do Projeto Rondon. Ela começa a trabalhar com os pescadores, para transformar o Sítio Conceiçãozinha numa agrovila. Daí começam as discussões com a comunidade sobre a posse da terra, organização da pesca, e essas idéias ajudam na criação da Sociedade de Melhoramentos da Conceiçãozinha (SOMECON). Também nessa mesma época, a Edméia tenta formar junto com os pescadores uma associação de pescadores, para que pudessem entrar em contato com a sua cultura e que a pesca fizesse parte da renda familiar. Fundam a União dos pescadores (UNIPESC), mas que não estava juridicamente legalizada por falta de instrumentos e por ainda estar em período de Ditadura Militar. Frequentemente a Base Aérea estava cadastrando as pessoas do Sítio, pois se dizia proprietária da área, e iam construir um aeroporto naquela área. Sendo assim a SOMECON conseguiu ser legalizada em 79/80, já a UNIPESC só foi legalizada em 1996.¹⁹

A passagem marcante de Edmea Ladevig e do Padre Aldo²⁰, articuladores da ação política pastoral realizada nas comunidades de base, contribuíram para a vinculação da luta pela posse da terra ao reconhecimento da necessidade de haver uma prática de uso sustentável da atividade pesqueira. Ambas as ações convergem para que enfrentassem os problemas ambientais trazidos pelo “progresso” portuário-industrial. O 1º. Plano para Conceiçãozinha, nome dado ao projeto de transformação do Sítio em uma agrovila, tinha como pauta o empreendimento de ações que permitissem à comunidade deixar de ser somente extrativista dos recursos marinhos para se tornar

¹⁷ Depoimento de Newton Rafael Gonçalves e de Ranufinho

¹⁸ “Operação São Paulo no Projeto Rondon”, *A Tribuna*, Santos, 04/01/1970.

¹⁹ Depoimento de Newton Gonçalves dado em 22/12/2001.

²⁰ Ambos citados nos depoimentos de antigos moradores: Newton, Ranufinho, Dona Julia e Dona Dejanira.

criadora de camarões, construindo reservatórios de ostras, caranguejos e mariscos.

A proposta iniciava-se com a criação de uma associação de pescadores, o que efetivamente se realizou, cuja função seria a de reorientar as práticas pesqueiras, erradicando as atividades predatórias e procurando manter viva na comunidade a manutenção da pesca artesanal, que já recebia o forte impacto da grande empresa pesqueira. Em seguida, para a implementação do projeto da agrovila seria necessária uma capacitação técnico-administrativa dos pescadores, associados em regime cooperativo, e o financiamento da implantação da infra-estrutura demandada. A segunda etapa fracassou no decorrer dos anos oitenta, em parte pela falta de iniciativa da comunidade que não conseguiu dar continuidade ao projeto anterior, quando da saída de seus dois principais articuladores. Por outro lado, o inchaço populacional da antiga vila, levando praticamente à constituição de uma favela urbana, enfraqueceu a luta dos velhos moradores em torno de uma proposta política de valorização da cultura tradicional, dependente de uma estreita integração da comunidade ao meio, e que foi esvaziando-se.

Boa parte dessa ocupação urbana sobre os últimos remanescentes de mangue e restinga do Sítio não ocorreu espontaneamente. As invasões foram sendo sucessivamente induzidas por lideranças políticas que barganharam o desejo de moradia sem custo de um excedente populacional alijado, tanto do mercado de trabalho como do acesso a políticas públicas, em troca de votos nas eleições municipais²¹. Essa massa

21 Pelo depoimento do representante comunitário Newton Gonçalves, 22/12/2001, entende-se esse movimento de invasões organizadas. "Na década de 80 teve uma ocupação muito forte, foi uma ocupação política. O capitão Dante Sinópolis, junto com outros politiquinhos da região vieram discutir a melhor forma de ocupação, então foi uma ocupação induzida... Em 1983, vem uma ocupação de médio porte com o porto. Já em 1994, foi uma ocupação também forte, o pessoal invadiu uma área aqui do lado que era de preservação, perto de uma guarita que servia justamente para impedir essas ocupações ilegais, essa ocupação também foi política, pois o próprio governo tinha o controle da área e

humana buscando uma solução imediata para seus problemas urgentes encontrou a figura do coronel local que, nessas horas, se faz presente. Por ironia do destino, a expansão urbana através das sucessivas invasões dificultou a remoção do núcleo para a ampliação portuária, mas, também, praticamente eliminou a possibilidade de transferência dos antigos pescadores para outra área ribeirinha, a exemplo do que já ocorrera com os moradores da ilha Diana.

A primeira luta político-jurídica organizada dos moradores envolvendo a questão da posse da terra foi travada nos anos de 1981 e 82, através da SOMECON, quando a Portobrás reclamou a área para a implantação de um pátio de manobras. Na época, a associação encontrava-se bastante coesa, o que possibilitou uma forte mobilização dos moradores usando a mídia local e pressionando a Prefeitura (MALIMPENSA, 52-3). A disputa foi favorável aos moradores que se beneficiaram da troca de responsabilidade entre a União e o município sobre quem arcaria com os custos da indenização das moradias fazendo com que permanecessem no mesmo lugar²².

Poucos anos depois, o poder público municipal propôs uma solução "conciliatória" para atender todos os envolvidos. A trama envolveria diferentes atores. As famílias moradoras de Conceiçãozinha seriam desapropriadas e distribuídas em diversos lugares do município de Guarujá. Em troca, como forma de pagamento dos custos da desapropriação, o município receberia da União a permissão de ocupação, para fins industriais, de uma vasta área tomada por vegetação de mangue e floresta de restinga ainda existente na entrada do canal de Santos ao lado da vila de Pouca Farinha. Com o aterro dessa área de 1.500.000 de metros quadrados a prefeitura re-

deixou que o pessoal ocupasse, daí teve uma destruição de 60% da área da Conceiçãozinha."

22 Processo movido pela CODESP contra a Prefeitura Municipal de Guarujá, PMG. Fontes: PMJ, Fórum da Comarca de Guarujá, jornal A Tribuna, 13/03/1981, 16/02/1982.

servaria um pequeno trecho para atender à demanda conjunta dos pescadores remanescentes da vila de Conceiçãozinha e dos proprietários de pequenos estaleiros para barcos de pesca que seriam desalojados de seus postos em Vicente de Carvalho. O restante da área, 90% do total, serviria para a implantação do CING, o Complexo Industrial Naval de Guarujá, destinado à ocupação por grandes estaleiros e marinas²³. A mudança do zoneamento dessa região de Z1 (preservação ambiental) para Z4 (atividades portuárias) beneficiou diretamente a empresa Nobara, fabricante de plataformas marítimas de petróleo, detentora do domínio útil de aproximadamente 1/3 de toda a área possível de ser urbanizada.

O CING efetivamente foi implementado, no início da década seguinte, com o aterro e a urbanização de uma área de mangue do rio Icanhema sete vezes maior do que aquela que seria desapropriada em Conceiçãozinha. A comunidade a ser remanejada, ou seja, os atores que ensinaram a construção de toda essa trama não foram removidos. O complexo foi sendo ocupado por uma dúzia de marinas e estaleiros para a fabricação de barcos e iates destinados ao lazer turístico. O caso foi levado para a promotoria pelo MDL, Movimento Defenda seu Lar, uma organização formada por moradores de um bairro de classe média de Guarujá cujas ruas sofreriam o impacto diário de dezenas de caminhões destinados ao porto da Nobara²⁴. O Ministério Público empreendeu investigação e concluiu que a corporação exerceria atividades industriais de alto risco e, portanto, não estariam adequadas ao zoneamento do local. O impedimento do uso do CING como área portuária foi obtido através da luta de uma associação de bairro que teve forças financeiras e políticas – alguns de seus membros foram processados pela Nobara ou sofreram retaliações por parte da Prefeitura Municipal – para

²³ Em 1985 foi elaborado o laudo judicial que deu parecer favorável ao licenciamento (SILVA, 2000).

²⁴ Depoimento de Ricardo Louzada, integrante do MDL.

dar continuidade durante mais de quatro anos a ela. O resultado condiz com a tese apresentada por Angela Alonso para quem a vitória da sociedade civil, em casos desse tipo, depende do grau de mobilização que o grupo social consegue atingir, tanto através da mídia como na esfera do legislativo e do judiciário, e que o fôlego para manter essa mobilização é dado, principalmente, pelo suporte financeiro e pela capacidade de formação de opinião de que o grupo dispõe (ALONSO & COSTA, 2004(a) e (b)).

Retornando aos pescadores, se, por um lado, as antigas comunidades foram beneficiadas em algumas oportunidades devido ao inchamento populacional que trouxe consigo um problema social dificultando sua desapropriação, por outro, a descaracterização causada às antigas vilas de pescadores deslegitimou a ocupação histórica e igualou, do ponto de vista jurídico, os últimos pescadores remanescentes aos novos invasores²⁵. Pelo atual Plano Diretor municipal tanto o Sítio Conceiçãozinha como a Pouca Farinha são consideradas apenas ocupações irregulares sendo, portanto, passíveis de remoção. Como não há um reconhecimento legal desses núcleos como vilas de pescadores, um eventual remanejamento das comunidades poderá ser feito para áreas distantes do mar, inviabilizando a manutenção da atividade econômica da população mais tradicional.

O reduto dos pescadores artesanais.

A comunidade da ilha Diana, pequena ilha fluvial no estuário, persiste como um dos poucos núcleos de pescadores de toda Baixada Santista onde a dificuldade de acesso ao lugar permitiu a sobrevivência das atividades pesqueiras artesanais de forma ainda bastante intacta até

²⁵ Em 1981, a primeira pesquisa realizada por assistentes sociais encontrou 1045 habitantes em 218 barracos (MALIMPENSA, 40). O levantamento feito em 1990 calculou um total de 2120 pessoas em 708 barracos. Em 2002, a população saltou para um montante de cerca de 6.000 pessoas. Destas, a comunidade pesqueira é estimada em 300 integrantes. Fontes: Secretaria de Planejamento, PMG.

o presente. O censo feito na vila no ano de 2003 pela Secretaria de Planejamento de Santos (SEPLAN) levantou uma população relativamente estável constituída de 65 famílias e aproximadamente 205 habitantes. A manutenção dessa estabilidade deve-se a uma continuidade nos troncos familiares originais (daqueles primeiros moradores chegados entre as décadas de trinta e quarenta) pertencentes às famílias Souza, Quirino, Alves e Hipólito, correspondendo a quase 2/3 da população da comunidade (MALVACCINI, 2003).

A associação comunitária tem pequena representação, é pouco organizada e quase não tem interlocutores junto ao poder público. A Sociedade Melhoramentos da Ilha Diana apresentou uma lista de moradores da qual metade dos chefes de família exerce profissionalmente a pesca, construindo seus próprios barcos e seus apetrechos pesqueiros. Alguns desses homens trabalham, paralelamente, como “embarcado”, ou seja, como empregado em barcos comerciais. O extrativismo marinho constitui a principal atividade econômica na vila liderada pela pesca do robalo (12 kg/dia). A divisão do trabalho segue a tradição caçara com os homens na pesca nos canais e rios e as mulheres na extração de ostras (40 dúzias/dia), marisco de mangue (400 kg/semana) e caranguejos (FABIANA, 1999)²⁶. Além dessa atividade principal há, também, pequenos comércios, como bares e um viveiro de camarão, servindo aos turistas de pesca náutica que freqüentam os rios próximos durante os finais de semana. Não há nenhum estudo específico para o lugar que trate sobre o quanto seja sustentável o manejo dessa produção extrativista, o que seria desejável para a garantia da sobrevivência dessa população. O mais recente estudo técnico realizado sobre a comunidade, o RIMA, Relatório de Impacto Ambiental elaborado pela Embraport, limita-se a reafirmar o caráter econômico tradi-

26 Os valores extraídos foram estimados pelos pescadores locais

cional da comunidade ao concluir que “a maior parte dos chefes das famílias moradoras na Ilha Diana têm, como atividade principal a pesca artesanal: tainhas, bagres, pescadas, corvinas, robalos, camarão-branco, siris, caranguejo, ostras, mexilhões e mariscos” (EMBRAPORT, 2003(a), 120)²⁷.

O RIMA é uma das exigências prévias a serem cumpridas por todos os empreendimentos que possam causar danos ao meio ambiente. Nesse caso, tratou-se do projeto de construção do Terminal Portuário da Embraport no Sítio Sândi, na área entre a foz dos rios Sândi e Diana. O relatório foi feito com base no EIA, Estudo de Impacto Ambiental, um amplo diagnóstico dos efeitos causados pela implementação do novo porto, das possíveis alternativas de projeto e construção e das medidas a serem tomadas para mitigar e/ou compensar seus efeitos negativos. A amplitude do estudo abrange uma série de impactos que serão causados direta e indiretamente pelo empreendimento tanto no meio físico como no biótico e no sócio-econômico. Em relação ao meio físico, a conclusão do estudo aponta para a existência de impactos negativos de baixa intensidade no nível de ruído, na poluição do ar, na dinâmica superficial e nas águas superficiais e subterrâneas, como a contaminação das águas e dos sedimentos, e os problemas advindos do descarte dos materiais retirados. O estudo apresenta um extenso painel do perfil dos elementos contaminantes da área a ser dragada (EMBRAPORT, 2003(a), 60-2). Quanto ao meio biótico, haverá supressão de floresta de restinga em estado avançado de regeneração, de vasta área de manguezais e apicuns, implicando em impacto negativo significativo na biodiversidade dos ecossistemas suprimidos, cerca de 31 hectares. E, enfim, em relação ao patrimônio histórico, haverá a destrui-

27 Os estudos sobre os impactos sócio-econômicos e os impactos histórico-arqueológico e cultural para a Embraport foram elaborados por uma equipe multidisciplinar de sociólogos, economistas, historiadores, arqueólogos, arquitetos e de especialistas em Saúde Pública.

ção de um sítio arqueológico com mais de 5.000 mil anos de existência encontrado no local (EMBRAPORT, 2003(b), 845-7).

Além desses problemas mencionados, aos quais o relatório final propõe medidas compensatórias para a supressão dos ecossistemas, o maior impacto será sentido diretamente pela população da Ilha Diana. As conclusões alcançadas pela equipe consultora em Sócioeconomia²⁸ prevêem que durante os sete anos de construção do empreendimento “*poderão ocorrer problemas de crescimento desordenado de atividades informais (bares, locais de diversão, etc.) disseminação de doenças, ocorrência de casos de prostituição*” (EMBRAPORT, 2003(a): 193). Após sua construção, de modo continuado, a operação do novo terminal portuário “poderá induzir o surgimento de ocupação por população de baixa renda em busca de oportunidades de trabalho (tanto formal como informal)” (2003(a), 120). Quanto ao impacto negativo de ordem indireta, a conclusão é a de que, não somente seja certa sua ocorrência, não estando previstas medidas mitigadoras para esses impactos, como, também, não há nada que possa ser feito para impedir a transformação da vila em mais um aglomerado urbano de baixa renda. (2003(a), 122)

Mesmo assim, na avaliação geral do custo/benefício trazido pelo empreendimento para a dinamização da economia local, regional e nacional, conclui-se pela “*supremacia dos impactos positivos sobre os negativos*”, o que o tornaria não somente viável como bastante desejável (EMBRAPORT, 2003(a), 201). Com base nesse relatório e nessas conclusões, o IBAMA concedeu a licença para a realização da obra. Além dos próprios empreendedores, o maior interessado na realização do futuro porto é a prefeitura de Santos, para quem, além dele ser altamente posi-

²⁸ Equipe constituída por dois economistas, uma socióloga, um técnico em Saúde Pública, um engenheiro civil e uma doutora em Epidemiologia.

tivo para a economia, do ponto de vista legal, ele não se chocaria com a legislação em vigor²⁹. No Plano Diretor municipal³⁰, a área do Sítio Sândi encontra-se classificada como ZPR, zonas 3 e 4, o que a torna propícia para atividades portuárias e retroportuárias, apesar de que, segundo a Constituição Federal, áreas de mangue e de restinga deveriam estar permanentemente protegidas, portanto deveriam ser enquadradas como zonas Z1³¹. O parecer final da Prefeitura acompanha a conclusão do RIMA do empreendedor sinalizando que “*haverá um expressivo impacto ambiental positivo ao meio sócio-econômico*”, o que se configuraria através do “*crescimento da economia local e regional com o aumento da arrecadação municipal e estadual, a ampliação e modernização das atividades portuárias*”, entre outros benefícios positivos³².

A justificativa da ampliação da infraestrutura portuária como necessidade estratégica para o desenvolvimento nacional é o caminho seguido pelos seus defensores na região. Há uma articulação de investimentos do Governo do Estado (anel rodoviário e ferroviário de São Paulo), apoiados pelo Ministério dos Transportes, para a extensão portuária para toda a margem oposta ao antigo porto. Esse plano de desenvolvimento inclui, ainda, o projeto do futuro terminal do Complexo Barnabé-Bagres, uma enorme área três vezes maior do que a do Embraport, praticamente alcançando o terminal da Cosipa em Cubatão.³³ A implantação bem sucedida do Em-

²⁹ Exame Técnico 60/2003-SEPLA.

³⁰ Certidão de uso e ocupação do solo 08/2003-SEPLA, baseada na Lei Complementar do município 359/99.

³¹ A classificação dessas áreas como zonas ZPR, permitindo o uso para fins portuários, ocorre desde 2000 quando da desregulamentação do texto da APA/Santos (Área de Proteção Ambiental, Lei Complementar 54/92) que enquadrava anteriormente as mesmas áreas como zonas Z1 (preservação ambiental). A alteração da APA permite a ampliação do porto para quase toda a faixa costeira continental do município de Santos (ROMANI & MACEIÓ, 1999).

³² Exame Técnico 60/2003-SEPLA.

³³ O Embraport faz parte do grupo Coimex, que já atua nas áreas de logística portuária (porto de Vitória), exportação (de grãos sólidos e líquidos: soja e álcool) e importação. O complexo Barnabé-Bagres terá financiamento do Fundo Nakasone, um dos maiores grupos de logística portuária sediados no Japão em consórcio com a Marubeni, transnacional da área de energia (termelétrica) com interesse na exportação

braport facilitaria a vitória nas batalhas jurídicas pela concessão da licença definitiva de operação dos terminais.

Se a justificativa principal para a realização dos empreendimentos fosse a do desenvolvimento nacional, a expansão portuária poderia ser realizada, como já vem sendo feita, através da ampliação da infra-estrutura em áreas do território nacional que ainda não sofreram o mesmo processo de degeneração ambiental ocorrido em Santos, e, portanto, poderiam se beneficiar das novas tecnologias de construção e operação mais limpas³⁴. Em termos de planejamento estratégico nacional, as operações portuárias poderiam ser mais bem otimizadas em áreas de baixa densidade populacional e que necessitam de investimentos desse tipo para se desenvolverem. Por outro lado, poderíamos pensar no desenvolvimento regional otimizando áreas portuárias já existentes, muitas delas praticamente ociosas ou subutilizadas, com a exportação de mercadorias de baixo volume e alto valor agregado, o caminho mais natural para o escoamento da produção do estado da federação que detêm o parque produtivo tecnologicamente melhor qualificado do país.

Contudo, o argumento do grupo Coimex pela escolha de Santos é a de que este porto vem recuperando posições e atraindo cargas que antes estavam sendo direcionadas para outros portos. Portanto, haveria a necessidade premente de se ampliar o volume e o valor agregado das exportações (EMBRAPORT, 2003(a), 4). O mesmo estudo aponta para uma movimentação do futuro terminal de oito milhões de ton/ano de mercadorias (importação e exportação), quase 15% do volume total movimentado por todo o porto de

de granéis líquidos (biomassa) e do gás natural existente na plataforma continental de Santos.

34 O projeto de ampliação do porto de Santarém (PA) para escoamento de granéis sólidos vindos pela hidrovía do Rio Tapajós, o porto Vila do Conde (PA) recebendo a carga vinda do rio Tocantins, o porto de Itaqui (MA), Pecém (CE), Suape (PE), e outras áreas costeiras cuja capacidade de suporte dos ecossistemas marinhos não se encontram esgotadas.

Santos durante o ano de 2002. As exportações seriam da ordem de dois milhões de ton/ano de granéis sólidos e 0,8 milhões de ton/ano de granéis líquidos. Em outras palavras, quase 2/3 do volume total a ser exportado serão graneis, mercadorias de pouco valor agregado se comparado ao volume carregado. O transporte dessa carga será feito, preferencialmente, por via rodoviária, com um incremento de tráfego de 811 caminhões/dia, o que aumentará o congestionamento já existente na época de safra em todas as rodovias de acesso à região (2003(a), 6).

Assim, a conclusão de que o novo empreendimento trará expressivo impacto sócio-econômico positivo à região torna-se passível de questionamento. Se o impacto negativo trazido por tal projeto se restringisse somente a um meio biótico restrito, o que não é o caso, até se poderia aceitar tal tese, desde que o alto valor agregado pelas mercadorias exportadas compensasse, em forma de arrecadação tributária, os danos causados, o que também, não parece ser o caso. A maioria das exportações sustenta-se no velho modelo agro-exportador, que gera enorme impacto negativo na área portuária de entorno afetada, uma demanda que um estado rico em tecnologia como São Paulo poderia dispensar. Quanto ao meio biótico, a contaminação de áreas marinhas, cuja capacidade de suporte já se encontra saturada, acentua-se em progressão geométrica na medida em que novos materiais contaminantes depositam-se nelas, invalidando, desse modo, os esforços de controle da poluição do estuário realizados nas últimas duas décadas.

Para a comunidade diretamente envolvida nesse conflito, vislumbra-se, em médio prazo, um processo de contínua deterioração da qualidade de vida que poderá se assemelhar ao ocorrido com os moradores do Sítio Conceição-zinha desde a década de 1960, transformando a vila de pescadores em uma nova favela urbana.

Parte dos habitantes da Ilha Diana já se deu conta disso e encontra-se preocupada com o que possa vir a ocorrer. O grupo Coimex, em uma tentativa de se aproximar da comunidade, implementou um programa de comunicação social junto aos moradores que trouxe resultados favoráveis para ambos. Assim, uma boa parcela dos moradores vê com bons olhos o novo empreendimento, já que vislumbram oportunidades de trabalho e, principalmente, perceberam a contrapartida que receberão em troca de seu apoio. Investimentos públicos municipais e estaduais como a extensão da eletrificação para toda a comunidade, a ampliação do posto de saúde municipal existente, a melhoria no sistema de transporte por catraia para o centro de Santos e um financiamento anual, prometido pelo empreendedor, para a organização da tradicional festa de Bom Jesus, são os benefícios imediatos que seduzem e dividem os moradores. Para uma comunidade pequena, praticamente esquecida pelo poder público, e com uma associação representativa muito frágil, a atenção demonstrada pela construtora com seu plano de assistência social conseguiu, facilmente, cooptar o apoio de significativa parcela dos moradores.

Comentários finais

O estudo da ocupação desse território nos remete a movimentos contínuos de migração que, no passado, tiveram várias dimensões. Foi através desse processo histórico continuado que se constituíram as comunidades de pescadores do litoral paulista e, também, mais recentemente, sua profunda transformação. A descaracterização da forma tradicional da cultura caiçara ocorreu no decorrer da segunda metade do século XX movida por um surto de desenvolvimento da Baixada Santista que atendeu duas grandes demandas econômicas: a portuária e a turística.

Contudo, apesar do desenvolvimento econômico ter praticamente destruído os antigos

hábitos caiçaras, restaram algumas áreas onde ainda persiste uma significativa herança cultural. Nas últimas três décadas, estabeleceu-se nessas áreas remanescentes um conflito pela posse ou propriedade da terra e, conseqüentemente, por sua ocupação territorial. Essas áreas de que falamos caracterizam-se por terem tido, até pouco tempo atrás, escasso valor econômico, e assim permanecerem como uma espécie de sertões, quase que fundos territoriais na expressão usada por Robert Moraes, tanto em terras da União como nos registros cartoriais de particulares, áreas de reserva visando futuros empreendimentos econômicos.

A manutenção de fundos territoriais ou áreas de reserva, mais do que uma característica localizada, constituiu-se na estratégia política por excelência utilizada por todos os mandantes da nação e, desde antes, na América portuguesa. Uma estratégia baseada na conquista territorial dos sertões, no exercício da extensão da soberania, mesmo que, na prática, fosse impossível a efetiva colonização ou exploração econômica da imensidão dessas terras. A política de integração nacional se fez com uma estratégica reserva do território para apropriação futura, bem como com a manutenção de um desejável excedente populacional para a exploração laboriosa. Ambos, terra e gente, entendidos como recursos de reserva a serem apropriados na medida em que a expansão do mercado os demandasse.

Também na Baixada Santista, embora em menor escala, tivemos a reprodução dessa política de reserva de espaços para empreendimentos futuros. As terras públicas da União foram concedidas aos empreendedores particulares para a expansão portuária, implicando na remoção dos antigos posseiros, em sua maioria pescadores artesanais. As áreas de conflito aqui expostas, definidas como de conflito sócio-ambiental, foram áreas abandonadas pelos interes-

ses do mercado que agora, tidas de alguma forma como rentáveis pelos seus “proprietários”, buscam ser retomadas. A questão central implícita, portanto, é a posse da terra e, conseqüentemente, quem fará uso dos recursos naturais. Os conflitos ambientais existentes são, antes de tudo, conflitos fundiários.

Bibliografias

ALONSO, A. & COSTA, V. "Environmental perception and political mobilization in Rio de Janeiro and São Paulo: a comparative analysis", in M. LEACH et alii (ed.), Science, citizenship and globalization. DRC Series, Zed Press, 2004(a)

_____. "The dynamics of public hearings for environmental licensing: the case of the São Paulo ring road" in A. CORNWALL (org.) Space for change? Politics, power and inclusion in new democratic arenas. DRC Bulletin, 2004(b).

BRANCO, S. O Fenômeno Cubatão. São Paulo. Convênio CETESB/ASCETESP, 1984.

CETESB. Poluição das águas no Estuário e Baía de Santos. Relatório Técnico CETESB. Volume I, 1979.

_____. Metais pesados na Baía de Santos e Estuários de Santos e São Vicente. Relatório Técnico CETESB, 1981.

_____. Contaminantes na bacia do rio Cubatão e seus reflexos na biota aquática. Relatório Técnico CETESB, 1990.

_____. Sistema estuarino de Santos e São Vicente. Programa de Controle de Poluição.

CLASTRES, H. Terra sem mal, o profetismo Tupi-Guarani. São Paulo. Brasiliense, 2001.

DIEGUES, A. C. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo. Ática., 1983.

_____. (org.). Povos e águas. São Paulo. NUPAUB/USP, 2002.

DIEGUES, A. C. e ARRUDA, R. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília. Ministério do Meio Ambiente, 2001.

EMBRAPORT. Relatório de Impacto Ambiental. São Paulo. MKR Tec., Ser., Ind. e Com. Ltda, 2003(a).

_____. Terminal Portuário Embraport. EIA/RIMA Volumes I a VI e Anexos. CD-Room. São Paulo. MKR Tec., Ser., Ind. e Com. Ltda, 2003(b).

ESTRELLA, A. Ekos da vida: estudos sobre a comunidade do Perequê. Dissertação de Mestrado. Serviço Social, PUC/SP, 2004.

EYSINK, G. et alii. Contaminants in the Cubatão River basin and its Estuary (SP, Brazil), relating to the Aquatic Biota. Part 1. 11th Biennial International Estuarine Research Conference. San Francisco, 1991.

FABIANA, L. Ilha Diana: enraizamento cultural caiçara. TCC. FAUS/UNISANTOS, 1999.

- FRANÇA, A. O Uso da terra. São Paulo. EDUSP, 1965.
- GUTBERLET, J. Cubatão: Desenvolvimento, exclusão social e degradação ambiental. São Paulo. EDUSP, 1996.
- HANAZAKI, N. Ecologia de Caiçaras: uso de recursos e dieta. Tese de Doutorado. IB/Unicamp, 2001.
- KARWINSKY, B. E. O Caiçara. Guarujá. Associação de Folclore e Artesanato, 1993.
- _____. Contos caiçaras de Guarujá. Guarujá. Ass. de Folclore e Artesanato, 1999.
- LADEIRA, M. I. e AZANHA, G. Os Índios da Serra do Mar. São Paulo. CTI, 1988.
- LIMA, R. Pequena História Territorial do Brasil. São Paulo. Arquivo do Estado, 1991.
- MADRE DE DEUS, F. G. Memórias para a história da Capitania de São Vicente. Belo Horizonte. Itatiaia, 1975.
- MAESTRI, M. Terra do Brasil: A Conquista Lusitana e o Genocídio Tupinambá. São Paulo. Moderna, 1993.
- MALIMPENSA, E. L. Relato e análise de experiência desenvolvida no sítio Conceiçãozinha em Guarujá. TCC. Serviço Social/UNISANTOS, 1981.
- MALLMANN, N. A Vida cotidiana dos pescadores da praia de Santa Cruz dos Navegantes. Guarujá. Dissertação de Mestrado. Educação, Universidade São Marcos, 2002.
- MALVACCINI, P. D. Patrimônio cultural e natural – Ilha Diana. TCC. FAUS/UNISANTOS, 2003.
- MANTOVANI, W. “A região litorânea paulista” in Seminário Mudanças climáticas globais e seqüestro de carbono. São Paulo. Instituto de Botânica. Anais..., 2000.
- MARCÍLIO, M. L. Caiçara, terra e população. São Paulo. Paulinas, 1986.
- MORAES, A. C. R. Território e História no Brasil. São Paulo. Hucitec, 2002.
- MUNIZ JR., J. Episódios e narrativas da Aviação na Baixada Santista. Santos, Gráfica A Tribuna, 1982.
- MUSSOLINI, G. Ensaios de Antropologia Indígena e Caiçara. São Paulo. Paz e Terra, 1980.
- PAIVA FILHO, A. et alii. Ictiofauna do complexo baía-estuário de Santos e São Vicente. Relatório interno. IO/USP, 1987.

PEREIRA, O. M. et alii. “Determinação dos teores de Hg, Pb, Cd, Cu e Zn em moluscos (*Crasostrea brasiliana*, *Perna perna* e *Mytella falcata*)” Revista do Instituto Adolfo Lutz, São Paulo, V 61 N (1), 2002.

PONTES, C. Evolução política, organizacional e sindical do sistema portuário nacional. Uma aplicação ao Porto de Santo. Tese de Doutorado. Engenharia Naval. EP/USP, 2001.

POZZI NETO, D. Baixada Santista, manguezal e vazamento de óleo: uma valoração econômico-ecológica. Dissertação de Mestrado. PROCAM/USP, 1996.

PREZIA, B. e HOORNAERT E. Esta terra tinha dono. São Paulo. CIMI/FTD, 1944.

RIBEIRO NETO, F. e OLIVEIRA, M. Estratégias de sobrevivência de comunidades litorâneas em regiões ecologicamente degradadas: o caso da Baixada Santista. São Paulo. Fundação Ford/UICN/IO/USP, 1989.

ROITMAN, M. A Poluição marinha por óleo no Porto de Santos. Dissertação de Mestrado. FSP/USP, 2000.

ROMANI, C. Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil! Tese de Doutorado em História. IFCH/UNICAMP, 2003.

ROMANI, C. e MACEIÓ, E. Avaliação preliminar de impacto ambiental na APA -Santos/continente nas futuras áreas de ocupação ZPR. Relatório técnico. Santos. CAVE, 1999.

SANTOS, F. História de Santos. 2 vol. São Vicente. Caudex, 1996.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. Manguezais brasileiros. Tese de Livre Docência. IO/USP, 1991.

SCHIAVON, H. et alii. O Porto de Santos e sua história. Santos. Documentação Brasileira, 1986.

SCHMIDT, A. O retrato de Valentina. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.

SILVA, A. B. Análise ambiental e tutela do meio ambiente na zona costeira. Dissertação de Mestrado. PROCAM/USP, 2000.

SMA/CETESB. Mapeamento dos Ecossistemas Costeiros do Estado de São Paulo, 1999.

STADEN, H. Duas viagens ao Brasil. Belo Horizonte. Itatiaia, 1975.

TOMMASI, L. R. Considerações ecológicas sobre o sistema estuarino de Santos (SP). Tese de Livre Docência. IO/USP, 1979.

VARGAS-BOLDRINI, C. et alii.. Contaminants in the Cubatão River basin and its Estuary (SP, Brazil), relating to the Aquatic Biota. Part 2. 11th Biennial International Estuarine Research Conference.

San Francisco, 1991.

VICENTE, C. E. Sítio Conceiçãozinha. TCC. História, UNISANTOS, 2002.

Relação de entrevistados

Antonia Bittencourt de Souza, Ilha Diana

Dejanira Batista dos Santos, Conceiçãozinha

Eleni Nogueira, Prainha Branca

Élson Maceió, CAVE

Fabício Gandini, Instituto Maramar

Newton Gonçalves, Conceiçãozinha

Ricardo Louzada, MDL

Sidney Bibiano, Sítio Cachoeira

